

N. F. Nº - 272466.0796/22-0  
NOTIFICADO - CAMAN ALIMENTOS EIRELI  
NOTIFICANTE - RENATO AGUIAR DE ASSIS  
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL  
PUBLICAÇÃO - INTERNET 16/09/2024

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0199-02/24NF-VD

**EMENTA:** ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. A obrigatoriedade pelo pagamento da antecipação parcial está prevista no artigo 12-A da Lei nº 7.014/96. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Infração caracterizada, pois o autuado não estava credenciado para efetuar o pagamento da antecipação parcial até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal. O contribuinte alega nos autos de ser beneficiário do Termo de Acordo 7.799 (Atacadista) tendo o benefício da redução da base de cálculo em 41,176% na comercialização dentro do Estado devidamente comprovado. Refeito a planilha do Notificante para aplicar a redução da base de cálculo previsto no referido Termo de Acordo. Notificado comprovou o recolhimento do imposto exigido, conforme DAE e comprovante de recolhimento apresentado. No entanto, recolheu o imposto após a lavratura da Notificação Fiscal e fora do prazo legal. Diante da intempestividade do recolhimento, cabe aplicar a multa de 60% sobre o valor do imposto recolhido após a ação fiscal, conforme art. 42, inc. II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 19/06/2022, no Posto Fiscal Benito Gama, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 6.853,00, multa de 60% no valor de R\$ 4.111,80, perfazendo um total de R\$ 10.964,80, pelo cometimento da seguinte infração.

**Infração 01 54.05.08** - Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

**Enquadramento Legal:** Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº

13.780/12, c/c Art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d” da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: I) Termo de Ocorrência Fiscal nº 1527011498/22-5 (fls. 4/5); II) cópia do DANFE 2.271.932 (fl. 8); III) cópia do DACTE 6068 (fl. 7); IV) Cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fl. 10).

O Notificado apresenta peça defensiva através de advogado com anexos, às fls. 14/17.

Alega inicialmente que só tomou conhecimento da existência da Notificação Fiscal em referência por meio da Certidão de Débitos Tributários. A empresa não foi regularmente notificada da lavratura da Notificação Fiscal, ou seja, não possui as peças processuais que compõem o processo administrativo fiscal.

Diz que por analogia ao art.46 do RPAF, na intimação do sujeito passivo acerca da lavratura da notificação fiscal, ser-lhe-ão fornecidas cópias de todos os termos, demonstrativos e levantamentos elaborados pelo fiscal autuante que não lhe tenham sido entregues no encerramento da ação fiscal e que sejam indispensáveis para o esclarecimento dos fatos narrados no corpo do Auto.

Cita e copia o art. 108 do RPAF para demonstrar que não foram cumpridas as regras estabelecidas para a intimação do contribuinte, estando diante de cerceamento ao direito de ampla defesa e contraditório, haja vista que a empresa não foi corretamente intimada acerca da lavratura da notificação fiscal e requer a renovação do ato de intimação.

Tendo em vista as argumentações defensivas, a 2ª Junta do CONSEF em sessão suplementar de 20 de junho de 2023 aprova por unanimidade a diligência a ser cumprida pela INFAZ Atacado, que aqui copio:

***“DILIGÊNCIA A SER CUMPRIDA PELA INFAZ ATACADO – INTIMAR O NOTIFICADO PARA TOMAR CIÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO FISCAL, ENTREGANDO TODA A DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO E DANDO NOVO PRAZO DE DEFESA.***

**BREVE EXPOSIÇÃO DOS FATOS**

A Notificação Fiscal foi lavrada em 19/06/2022, para exigir ICMS no valor histórico total de **R\$ 6.853,00**, contendo a seguinte imputação fiscal:

*Infração 01 – 054.005.008 Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.*

*Notificado apresenta peça defensiva apensado às fls. 14 a 16. Nesta peça o contribuinte alega que só tomou conhecimento da existência da notificação fiscal, por meio da Certidão de Débitos Tributários, não tendo sido regularmente notificada, não possuindo as peças processuais que compõem o processo administrativo fiscal.*

*Entende o contribuinte que está diante de cerceamento ao direito da ampla e contraditório, haja vista que a empresa não foi corretamente intimada acerca da lavratura da notificação fiscal em referência.*

*Na análise dos anexos do processo encontro na página 11, cópia do Termo de Ciência no Domicílio Tributário Eletrônico – DT-e emitido em 28/10/2022 tendo o contribuinte tomado ciência no mesmo dia.*

*No entanto, considerando:*

- 1) Que o contribuinte alega que não tomou ciência da Notificação Fiscal;*
- 2) Não constar no DT-e a existência dos anexos do PAF;*
- 3) Tratar-se de uma Notificação Fiscal, que não cabe recurso administrativo em segunda instância,*
- 4) E, em busca da verdade material.*

*Apresento a seguinte proposta:*

- 1) *Intimar o contribuinte para tomar ciência da Notificação Fiscal entregando toda a documentação do PAF.*
- 2) *Abrir novo prazo de 60 dias para apresentar defesa.*

*Proposição de Diligência aprovada na Pauta da 2ª Junta de 20/06/2023.*

#### **DA DILIGÊNCIA**

*Deve o PAF ser enviado à repartição de origem do contribuinte (INFAZ ATACADISTA), para intimar o Notificado para:*

- 1) *Tomar ciência da Notificação Fiscal, entregando toda a documentação do PAF.*
- 2) *Abrir novo prazo de 60 dias para o contribuinte apresentar defesa.*

*Cabe observar que o processo deverá retornar a este CONSEF após o efetivo cumprimento da diligência. Sala das Sessões do CONSEF, 20 de junho de 2023”.*

Após a intimação efetuada pela INFAZ Atacado o Notificado apresenta defesa através do processo SIPRO 244986/2022-2 em 22/11/2022, nas páginas 22 a 39, que passaremos a relatar.

Informa que o demonstrativo elaborado pelo autuante está errado, no descritivo da infração o auditor informa que a empresa é detentora de termo de acordo atacadista, logo é devida a redução na base de cálculo do ICMS em 41,176%, isso não foi aplicado. Considerando a redução de 41,176% o valor do ICMS a ser cobrado deveria ser de R\$ 2.235,52, logo o lançamento deve ser revisto.

Diz também, que a autuada efetuou o pagamento da antecipação parcial no dia 20/06/2022, conforme documento de arrecadação e consulta individual de pagamento no site da SEFAZ.

Desta forma, além, da revisão do lançamento, pede a apropriação do quanto pago.

Não consta informação fiscal.

É o relatório

Participou da sessão de julgamento da 2ª Junta, o representante da Notificada, Dr. Ednilton Meireles de Oliveira Santos OAB/BA 26.397, que em sustentação oral reiterou todas as argumentações contidas na defesa.

#### **VOTO**

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial das mercadorias constantes no DANFE 2.271.932 como está descrito no corpo da Notificação Fiscal.

O Notificante em sua peça, acusa a Notificada tipificando-a na infração de falta de recolhimento do ICMS ref. à Antecipação Parcial, em aquisição interestadual ou do exterior de mercadorias destinadas a comercialização, e para tal se alicerça do enquadramento do art. 332, inciso III, alínea “a”, §§ 2º e 3º do RICMS/BA/12.

O parágrafo 2º estabelece que contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, que não é a situação deste contribuinte. Em consulta realizada aos sistemas da SEFAZ no momento da ação fiscal, o Agente Fiscal constatou que o sujeito passivo estava descredenciado para o recolhimento do ICMS em momento posterior à entrada da mercadoria no estabelecimento em razão de restrição de crédito – Dívida Ativa, sendo obrigatório o recolhimento do ICMS antes da entrada da mercadoria no território baiano, o que não foi feito pelo Contribuinte.

**Art. 332.** *O recolhimento do ICMS será feito:*

....

**III** – *antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da*



*Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

*a) enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subsequentes;*

*(...)*

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, **exceto** em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

*I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;*

*II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa.*

Na defesa o impugnante solicita a revisão do valor da Notificação Fiscal, pois embora o autuante tivesse informado que o contribuinte era detentor do Termo de Acordo dos Atacadistas não aplicou o benefício da redução na base de cálculo de 41,176% a que teria direito o Notificado. Informa também que já recolheu o valor da antecipação parcial em 20/06/2022.

Em razão da alegação do Notificado ser beneficiário do Termo de Acordo 7799 (Atacadista) em consulta ao INC – Informação do Contribuinte da SEFAZ constato que o Contribuinte é beneficiário do referido Termo de Acordo conforme Parecer 753/2021 válido de 01/01/2022 até 31/12/2023.

Portanto sendo o Notificado beneficiário do Termo De Acordo, a planilha da Notificação Fiscal deve ser refeita de ofício para aplicar a redução na base cálculo de 41,176%.

| NOTA FISCAL | VL OPERAÇÃO | %RBC   | BC        | ICMS     | CRÉDITO  | ICMS A PAGAR |
|-------------|-------------|--------|-----------|----------|----------|--------------|
| 2.271.932   | 62.300,00   | 41.176 | 36.647,35 | 6.596,52 | 4.361,00 | 2.235,52     |

Compulsando os documentos apresentados na defesa encontro o DAE nº 2117967717 onde constam as seguintes informações: Código da receita 2175- ICMS – antecipação parcial; vencimento 20/06/2022; valor R\$ 2.235,52; Informação complementar- Referência NF 2.271.932. Está também anexado comprovante de pagamento em pesquisa na SEFAZ -Consulta individual de pagamento, onde consta o respectivo pagamento no dia 20/06/2022.

Desta forma, considerando que o imposto fora recolhido, ainda que intempestivo, através do DAE 2117967717 no dia 20/06/2022, não procede mais tal exigência. Porém, tendo o recolhimento do imposto ocorrido após a lavratura da Notificação Fiscal e fora do prazo estabelecido na legislação fiscal, restou descaracterizada a espontaneidade do contribuinte, cabendo-lhe arcar com a multa de 60% do valor do imposto devido prevista no art. 42, inc. II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96.

Diante do exposto, resolvo julgar PROCEDENTE EM PARTE a Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, a Notificação Fiscal nº **272466.0796/22-0**, lavrada contra **CAMAN ALIMENTOS EIRELI** devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento da multa de 60%, no valor de **R\$ 1.341,31**, prevista no art. 42, inc. II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 28 de agosto de 2024.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA

